



# O Código Civil *após* a Lei da Liberdade Econômica

estudos na  
legalidade  
constitucional

Eduardo Nunes de Souza  
Gisela Sampaio da Cruz Guedes  
Milena Donato Oliva

---

Coordenadores



**O CÓDIGO CIVIL APÓS A LEI DA  
LIBERDADE ECONÔMICA:**  
Estudos na Legalidade Constitucional

*Eduardo Nunes de Souza*  
*Gisela Sampaio da Cruz Guedes*  
*Milena Donato Oliva*  
Coordenadores

**O CÓDIGO CIVIL APÓS A LEI  
DA LIBERDADE ECONÔMICA:  
Estudos na Legalidade Constitucional**

EDITORA  
PROCESSO

Rio de Janeiro  
2023

# Sumário

APRESENTAÇÃO .....	XVII
--------------------	------

## PARTE I: INTERPRETAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO

DA BOA-FÉ OBJETIVA À PRESUNÇÃO DE BOA-FÉ: REFLEXÕES SOBRE A INTERPRETAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO A PARTIR DA LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA ....	3
1. Introdução .....	3
2. Percurso do princípio da boa-fé objetiva no ordenamento brasileiro ..	5
3. Os “novos” parâmetros interpretativos do art. 113 e sua relação com a função hermenêutica da boa-fé objetiva.....	10
4. A LLE e a presunção de boa-fé: retorno ao voluntarismo? .....	25
5. Apontamentos finais .....	44
A RELAÇÃO ENTRE A INTERPRETAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO E O COMPORTAMENTO DAS PARTES: COMENTÁRIOS SOBRE O INCISO I DO ART. 113, § 1º, DO CÓDIGO CIVIL .....	47
1. Introdução .....	47
2. Notas iniciais sobre o contexto e a redação do art. 113, §1º, I, do Código Civil .....	50
3. A investigação compartimentada do conteúdo do dispositivo.....	56
3.1. O comportamento das partes.....	57
3.2. A confirmação do sentido relacionado ao texto do negócio .....	62
3.3. As práticas posteriores à celebração do negócio jurídico.....	67

4. Notas conclusivas: uma interpretação conforme os valores do ordenamento jurídico .....	72
-------------------------------------------------------------------------------------------	----

## USOS, COSTUMES E PRÁTICAS DO MERCADO RELATIVAS AO TIPO DE NEGÓCIO COMO CRITÉRIOS HERMENÊUTICOS .....

75

1. Introdução: breve panorama histórico .....	75
2. Usos, costumes e práticas do mercado: linhas para uma conceituação .....	80
3. Usos, costumes e práticas do mercado: análise funcional .....	90
4. Aplicação dos usos e costumes no âmbito negocial: alguns parâmetros .....	101
5. Conclusão .....	117

## A NOVA REDAÇÃO DO ART. 113, §1º, IV, DO CÓDIGO CIVIL: PARÂMETROS PARA A APLICAÇÃO DA REGRA DA *INTERPRETATIO CONTRA STIPULATOREM* .....

119

1. Introdução: o contexto da Lei de Liberdade Econômica e a ampliação da interpretação desfavorável ao estipulante .....	119
2. Antecedentes históricos, exemplos estrangeiros e fundamentos normativos .....	122
3. Aspectos relevantes na aplicação da regra .....	130
3.1. Identificação da parte que redigiu o contrato ou a cláusula controversa .....	131
3.2. A incidência da boa-fé objetiva .....	134
3.3. A dúvida como pressuposto à incidência da regra .....	136
3.4. A natureza das partes envolvidas e a diferenciação da normativa aplicável aos contratos de adesão e de direito do consumidor .....	139
4. Síntese conclusiva: por uma interpretação cautelosa e eficiente do art. 113, §1º, IV, do Código Civil .....	145

## RAZOÁVEL NEGOCIAÇÃO E RACIONALIDADE ECONÔMICA DAS PARTES COMO CRITÉRIOS HERMENÊUTICOS .....

149

1. Introdução .....	149
---------------------	-----

2. Aportes teóricos sobre o art. 113, inciso V, do Código Civil .....	152
3. As contribuições do campo econômico.....	158
4. A razoável negociação das partes e a racionalidade econômica à luz da dogmática civil constitucional brasileira.....	163
5. Panorama jurisprudencial .....	169
6. Conclusão .....	170

#### A INCLUSÃO DOS ARTIGOS 113, §2º E 421-A, I NO CÓDIGO CIVIL PELA LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA.....

1. Introdução .....	175
2. As premissas seguidas pela alteração legislativa.....	178
3. A análise funcional do texto incluído pelos arts. 113, §2º e 421-A do Código Civil .....	185
4. Conclusão .....	192

### PARTE II: TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

#### REFLEXOS DA LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA NA APLICAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO .....

1. Introdução: a disputa de sentidos em torno da função social do contrato .....	195
2. Lei da Liberdade Econômica: um novo capítulo na disputa de sentidos em torno da função social do contrato .....	202
3. Impacto das mudanças provocadas pela Lei da Liberdade Econômica no art. 421 do Código Civil .....	208
4. Aplicação do art. 421 do Código Civil pelos Tribunais após as mudanças implementadas pela Lei da Liberdade Econômica .....	214
5. Proposta interpretativa do art. 421 do Código Civil.....	219
6. Conclusão .....	224

#### PRESUNÇÃO DE PARIDADE E SIMETRIA DOS CONTRATOS CIVIS E EMPRESARIAIS .....

1. Introdução .....	227
2. Os contratos privados civis e empresariais .....	229
2.1. Os contratos privados .....	231

2.2. A qualificação dos contratos privados segundo o objeto e a função: contratos de trabalho, contratos de consumo, contratos empresariais e contratos civis .....	237
3. Contratos paritários e simétricos: um problema conceitual.....	245
3.1. A autonomia privada nos contratos civis e empresariais segundo o art. 421-A do Código Civil.....	245
3.2. Simetria contratual ou contratos simétricos .....	247
3.3. Contratos paritários na classificação contratual .....	250
4. A paridade e a simetria nos contratos civis e empresariais e o problema da presunção prevista no art. 421-A do Código Civil.....	252
4.1. A presunção legal do art. 421-A do Código Civil e suas consequências .....	253
4.2. A adequada presunção estabelecida pelo legislador .....	259
4.3. A relatividade da presunção prevista no art. 421-A do Código Civil e o seu afastamento .....	265
5. Conclusão .....	266

A “LIVRE ESTIPULAÇÃO” DE “NEGÓCIOS JURÍDICOS EMPRESARIAIS PARITÁRIOS” PELAS PARTES, COM APLICAÇÃO “APENAS SUBSIDIÁRIA DAS REGRAS DE DIREITO EMPRESARIAL”: NOTAS SOBRE O INCISO VIII DO ART. 3º DA LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA (“LLE”) ...	269
1. Introdução .....	269
2. Alcance da expressão “negócios jurídicos empresariais paritários” ..	271
2.1. Negócios jurídicos empresariais .....	274
2.1.1. Contratos empresariais paritários e não paritários.....	276
2.2. Âmbito subjetivo de incidência da norma .....	279
3. Âmbito objetivo: normas dispositivas <i>versus</i> normas de ordem pública .....	281
4. Potenciais interpretações e aplicações práticas da norma contida no inciso VIII do art. 3º da LLE .....	283
4.1. Possíveis interpretações .....	283
4.2. Possíveis aplicações práticas .....	287
5. Conclusão .....	289

RESPEITO À ALOCAÇÃO DE RISCOS E REVISÃO CONTRATUAL EXCEPCIONAL, SEGUNDO O PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA.....	291
1. Introdução .....	291
2. O princípio da intervenção mínima, a livre iniciativa e o respeito à alocação de riscos .....	296
3. A função social e a locução “em razão” .....	301
4. Paridade e simetria: inutilidades de definições abstratas e apriorísticas .....	310
5. Conclusão .....	313

A LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA E A PACTUAÇÃO DE PRESSUPOSTOS DE REVISÃO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO .....	315
1. Introdução .....	315
2. Objetivos e Premissas da Lei da Liberdade Econômica .....	317
3. Revisão contratual na Lei da Liberdade Econômica.....	321
4. Cláusulas de revisão e resolução dos contratos.....	325
5. Conclusão .....	334

### **PARTE III: DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA**

A TRAJETÓRIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E A LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA .....	339
1. Introdução .....	339
2. A evolução da desconsideração da personalidade jurídica até a LLE.....	341
2.1. A afirmação da personalidade jurídica .....	341
2.2. A evolução histórica da desconsideração da personalidade jurídica .....	345
3. Atuais hipóteses de cabimento da desconsideração da personalidade jurídica e alterações da LLE .....	352
4. Conclusão .....	366

A DESCONSIDERAÇÃO PER SALTUM DA PERSONALIDADE JURÍDICA À LUZ DA LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA (“LLE”) .....	369
2. Conceito .....	371
2.1. Breve análise teórica da desconsideração da personalidade jurídica.....	371
2.2. A desconsideração <i>per saltum</i> (saltada) em termos práticos e teóricos .....	373
3. Aspectos controvertidos na desconsideração <i>per saltum</i> da personalidade jurídica.....	379
3.1. A aplicação do instituto à luz do Art. 50, §4º do Código Civil ..	379
3.2. (Des)Necessidade de esgotamento dos bens do devedor originário.....	381
3.3. Breve análise jurisprudencial .....	383
4. Considerações finais .....	386

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA EM ARBITRAGEM: UMA (IM)POSSIBILIDADE?.....	389
1. Introdução .....	389
2. Arbitragem e consentimento e exceções de extensão da cláusula compromissória a não-signatários com base na realidade contratual	393
3. A desconsideração da personalidade jurídica no Brasil e suas problemáticas para a arbitragem.....	401
4. Observatório jurisprudencial: o caso STJ, REsp nº 1.698.730-SP (Continental v. Serpal) .....	411
5. Conclusão .....	416

#### PARTE IV: FUNDOS DE INVESTIMENTO

OS NOVOS CONTORNOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR E DOS DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO À LUZ DA LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA .....	423
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

1. Introdução .....	424
2. Uma análise pontual dos papéis, deveres e obrigações do administrador, do gestor e dos demais prestadores de serviços dos fundos de investimento .....	427
3. Responsabilidade civil do administrador por atos próprios e por atos do gestor do fundo de investimento .....	436
3.1. Os regimes subjetivo e objetivo de responsabilidade civil aplicados aos prestadores de serviços essenciais e complementares do fundo de investimento .....	439
3.2. Comprovação de dolo ou má-fé para imputar responsabilidade civil subjetiva aos prestadores de serviços do fundo de investimento nas relações com terceiros .....	447
3.3. Da (in)aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor aos fundos de investimento .....	451
4. Limitação e segregação da responsabilidade civil entre prestadores de serviços do fundo de investimento .....	457
5. Conclusão .....	462

## RESPONSABILIDADE DO COTISTA DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES .....

465

1. Introdução .....	465
2. Prerrogativa dos fundos de investimentos de contrair em nome próprio direitos e obrigações, apesar da inexistência de personalidade jurídica.....	469
3. Obrigações dos Cotistas no âmbito dos Fundos de Investimentos em Participações (“FIPs”) .....	473
4. Os impactos das inovações promovidas pela Lei de Liberdade Econômica na responsabilidade dos cotistas dos FIPs .....	488
5. Conclusão .....	495